

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	11
BREVE PREFÁCIO	13
APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	19
2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	21
2.1 Por que estudar a tributação da renda proveniente de atividades ilícitas?	23
2.2 Por que estudar o <i>pecunia non olet</i> ?	24
3 PREMISSAS METODOLÓGICAS E DELIMITAÇÃO DO OBJETO	27
3.1 O direito como sistema de comunicação normativa	27
3.2 Norma jurídica, sanção e expectativa de comportamento	32
3.3 Códigos fortes e códigos fracos: autonomia do sistema jurídico e implicações para a tributação da renda ilícita	36
3.4 Tributo e sanção: distinção estrutural e limites constitucionais	41
3.5 Delimitação do objeto, hipótese central e posicionamento da pesquisa	44
3.6 O <i>pecunia non olet</i> como código fraco e argumento retórico: por que não é princípio nem postulado	47
4 MORALIDADE PÚBLICA E O DIREITO TRIBUTÁRIO: O LIMITE ÉTICO DO PODER DE TRIBUTAR	49
4.1 Princípio da moralidade pública na tributação: pilar constitucional e limite ético	49
4.2 O <i>pecunia non olet</i> : origem, aplicação e seus limites éticos	50
4.3 Debate doutrinário: posições favoráveis e críticas ao <i>non olet</i>	53
4.3.1 Posições favoráveis à tributação (<i>pecunia non olet</i>)	53
4.3.2 Posições críticas e ressalvas à aplicação do <i>non olet</i>	59
4.4 A jurisprudência consolidada: STJ, STF e CARF em prol do <i>non olet</i>	68

4.4.1 Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF)	68
4.4.2 Jurisprudência administrativa (CARF e Súmulas)	70
4.5 Moralidade pública <i>versus pecunia non olet</i> : a tributação do ilícito em xeque	73
4.6 A perspectiva do realismo jurídico e a supremacia da jurisprudência: um alinhamento metodológico	76
4.7 Conclusão: o <i>pecunia non olet</i> e os limites éticos ao poder de tributar	79
 5 O IMPOSTO SOBRE A RENDA. UMA ANÁLISE NORMATIVA E COMPARATIVA DESSE TRIBUTO NO BRASIL E NO DIREITO COMPARADO	 83
5.1 Competência tributária para o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza	83
5.2 O conceito jurídico de renda. Considerações gerais	86
5.3 O conceito de renda na Constituição	87
5.4 O conceito de renda no CTN: disponibilidade econômica e jurídica	91
5.5 Princípios constitucionais norteadores do imposto sobre a renda	95
5.5.1 Princípio da legalidade tributária	100
5.5.2 Princípio da generalidade	102
5.5.3 Princípio da universalidade	104
5.5.4 Princípio da progressividade	105
5.5.5 Princípio da capacidade contributiva	107
5.5.6 Princípio da renda líquida	111
5.5.7 Princípio do não confisco	117
5.5.8 Princípio da justiça tributária	118
5.6 Direito comparado: renda líquida e acréscimo patrimonial	119
5.6.1 Estados Unidos	119
5.6.2 Alemanha	123
5.6.3 Outros países europeus	128
5.7 Jurisprudência brasileira: acréscimo patrimonial, realização e não incidência sobre “não renda”	129
5.7.1 Supremo Tribunal Federal (STF)	130
5.7.2 Superior Tribunal de Justiça (STJ)	133
5.7.3 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF)	135
5.7.4 Outros julgados	138
5.8 Conclusões	140

6 ILÍCITOS PENAL, CIVIL E ADMINISTRATIVO: REPERCUSSÕES TRIBUTÁRIAS	
NA TRIBUTAÇÃO DO ILÍCITO	143
6.1 A distinção entre ilícitos penal, civil e administrativo	143
6.2 O ilícito penal e o confisco como desfazimento do fato econômico	147
6.3 O ilícito civil e a permanência da disponibilidade	150
6.4 O ilícito administrativo e a tributabilidade da renda	154
6.5 Aproximação com o IRPF	157
6.6 Aproximação com o IRPJ	163
7 FATO, ATO ILÍCITO E DEDUTIBILIDADE DAS DESPESAS	165
7.1 Fato jurídico e ato ilícito no direito: distinções estruturais e seus reflexos tributários	166
7.2 Ilícito e fato gerador do imposto sobre a renda: acréscimo patrimonial, realização e disponibilidade	167
7.3 Conceito de despesa	169
7.4 A dedutibilidade de despesas como pressuposto jurídico para a concretização do lucro contábil e a realização da renda líquida	171
7.5 O art. 311 do Regulamento do Imposto de Renda e os critérios de dedutibilidade: leitura funcional e limites interpretativos	173
7.5.1 O aspecto da necessidade	174
7.5.2 Os aspectos da normalidade e da usualidade	177
7.6 Limites legais à definição das despesas dedutíveis ou indedutíveis	183
7.7 Despesas ilícitas, sanções indiretas e o precedente <i>Commissioner v. Sullivan</i> (17.03.1958)	189
7.8 Propina, suborno e os casos-limite da dedutibilidade: entre a reprovação moral e os limites do imposto sobre a renda	192
7.8.1 A curiosa situação dos casos que envolvem despesas com acordos de leniência	196
7.9 Despesa incorrida, provisões e ônus da prova na apuração do lucro real	200
7.10 Limites do legislador ordinário, vedação a sanções indiretas e a coerência sistêmica do imposto sobre a renda	203
7.11 Síntese conclusiva e fechamento comparado: <i>net income</i> e renda líquida como núcleo comum do imposto sobre a renda	204

8 ANÁLISE DE CASOS QUE ENVOLVEM A TRIBUTAÇÃO DA RENDA PROVENIENTE DE ATOS ILÍCITOS	207
8.1 Os atos ilícitos e as repercussões no âmbito do direito tributário	207
8.2 A tributação da renda proveniente de atos ilícitos. Análise de casos e a aplicação do <i>non olet</i> à renda devolvida	208
8.2.1 Análise do Acórdão n. 2301-010.194	209
8.2.2 Análise do Acórdão n. 2301-005.989	214
8.2.3 Análise do Acórdão n. 2301-006.062	217
8.2.4 Análise do Acórdão n. 2301-005.112	221
8.2.5 Análise do Acórdão n. 2301-006.053	225
8.2.6 Análise do Acórdão n. 2401-007.558	229
8.2.7 Análise do Acórdão n. 2401-012.181	233
8.2.8 Superior Tribunal de Justiça – Recurso Especial n. 1.434.784/ES	236
8.3 Colisão de normas? O direito penal <i>versus</i> o brocardo <i>pecunia non olet</i>	238
9 CONCLUSÃO	249
REFERÊNCIAS	255